

O AMANHECER DO LIBERALISMO NA **ACHADINHA**

Num pequeno lugar,
um grande momento da História

Achadinha, 1 de agosto de 1831



nordeste
município



Na madrugada de 1 de agosto de 1831, a Achadinha deixou de ser apenas um lugar remoto do concelho de Nordeste para entrar num dos episódios mais marcantes da história do século XIX em Portugal, a guerra que opôs os liberais aos absolutistas. Entre o som das ondas e o silêncio do despertar do dia, chegaram homens que traziam consigo a esperança de um país diferente. Hoje, após 195 anos do evento, relembramos o desembarque, a batalha e a memória dos sonhos que transformaram Portugal. Na Achadinha, cada pedra testemunhou o confronto entre o antigo e o novo, entre a tradição do absolutismo e a promessa de liberdade num país liberal.

PRÓLOGO: UM LUGAR QUE A HISTÓRIA NÃO ESQUECEU

Há lugares que existem em silêncio durante séculos, entregues ao ciclo das estações, ao ruído do vento que sopra do norte e ao barulho persistente do mar que bate contra as rochas. A Achadinha é um desses lugares, uma pequena freguesia da costa norte do concelho de Nordeste, em São Miguel, longe dos centros do poder, longe dos palácios e das intrigas da corte. Uma terra de gente humilde, de lavradores cujos nomes não entraram nos anais da História e, no entanto, foi aqui, neste recanto remoto da Europa ocidental, que, na madrugada do dia 1 de agosto de 1831, a História decidiu ancorar. Não pela grandiosidade do lugar, mas exatamente pelo contrário, porque ninguém esperava que fosse aqui. E é nesta ironia – a de que os grandes destinos se decidem, muitas vezes, nos sítios mais improváveis – que reside a força desta história.



UM REINO DIVIDIDO: ABSOLUTISTAS VS LIBERAIS

Para compreender o que aconteceu na costa norte do Nordeste em 1831, vamos recuar às primeiras décadas do século XIX, quando Portugal atravessava um período de turbulência com proporções históricas. As invasões francesas (1807-1811) deixaram o país debilitado, com a economia devastada, as instituições abaladas e a família real ausente, fugida desde novembro de 1807, quando D. João e a corte embarcaram apressadamente para o Brasil ao som das armas napoleónicas que se aproximavam de Lisboa.

A partida da família real e da corte foi, em si, uma ferida profunda. Lisboa ficou entregue às autoridades britânicas e os portugueses sentiram-se abandonados pelo seu próprio rei. O sentimento de humilhação agravou-se quando, em 1815, Portugal passou a ter a capital do outro lado do Atlântico, no Rio de Janeiro, numa inversão do império que muitos viveram como uma afronta grave.

Em 1820, a insatisfação acumulada fez a cidade do Porto dar um grito de revolta. No dia 24 de agosto, eclodiu a Revolução Liberal, liderada pelo coronel Cabreira, exigindo o regresso do rei a Portugal. D. João VI voltou em 1821, trazendo consigo a rainha e os filhos mais novos, mas deixando no Brasil o primogénito D. Pedro. A primeira Constituição Portuguesa foi assinada a 23 de setembro de 1822.

A paz foi curta e a nova ordem revelou-se frágil. A batalha desta guerra de ideias tinha dois rostos e dois nomes: Pedro e Miguel, dois irmãos, filhos do mesmo rei, pretendentes de um mesmo trono e adversários irreconciliáveis.



"O triunfo maior da Luzitania: estampa constitucional", gravura de Luís António, 1821. BNP.



D. PEDRO,

o primogênito, cresceu no Brasil impregnado pelos ventos do liberalismo que o Atlântico levou às margens do Rio de Janeiro. Em 1822, liderou a independência do Brasil e foi proclamado imperador, permanecendo do outro lado do oceano enquanto Portugal mergulhava na instabilidade.



D. MIGUEL,

mais novo, era o filho protegido pela rainha Carlota Joaquina, mulher de convicções absolutistas inabaláveis. Cresceu como estandarte do Antigo Regime, como o escolhido pelos que queriam apagar a Revolução e restaurar a monarquia absoluta.

Dois princípios radicalmente opostos disputavam, então, a alma de Portugal. De um lado, o liberalismo, herdeiro das revoluções francesa e americana, defensor da soberania popular, da separação de poderes, da igualdade jurídica e da liberdade individual. Do outro, o absolutismo, o sistema secular em que o rei governava por direito divino, sem limites nem constituições, apoiado pela Igreja, pela nobreza mais conservadora e pela maioria da sociedade devotamente monárquica.

Com a morte de D. João VI, em 1826, a sucessão do reino tornou-se num labirinto político de difícil resolução. D. Pedro outorgou a Carta Constitucional e abdicou do trono português a favor da sua filha, D. Maria da Glória, de apenas sete anos, impondo duas condições: que D. Maria casasse com o tio D. Miguel e que este jurasse a Carta Constitucional. D. Miguel aceitou. Casou com a sobrinha. Jurou a Carta Constitucional. E, pouco depois, quebrou o juramento.

Em fevereiro de 1828, quando D. Miguel regressou a Lisboa, a cidade recebeu-o em delírio. As cortes reuniram-se e aclamaram-no rei absoluto. Os liberais foram perseguidos e presos. Muitos exilaram-se em França e em Inglaterra. Outros encontraram nos Açores, em particular na ilha Terceira, um território seguro onde a causa liberal poderia reorganizar-se. Angra tornou-se, então, a capital política e militar do liberalismo português.

TERCEIRA, NÚCLEO DE RESISTÊNCIA LIBERAL

Enquanto o absolutismo consolidava o seu domínio no continente, os Açores tornaram-se no último bastião liberal. Não todos os Açores, mas a ilha Terceira. Enquanto as restantes ilhas do arquipélago reconheceram D. Miguel como rei absoluto, a Terceira recusou-o. E assim, em junho de 1828, eclodiu em Angra uma revolução liberal que aclamou D. Maria II como rainha.

A 11 de agosto de 1829, as forças miguelistas tentaram conquistar a Terceira com uma frota poderosa, na batalha da vila da Praia, que resultou na primeira grande vitória militar liberal nesta disputa. O general que organizou a defesa e venceu o inimigo foi o conde de Vila Flor – futuro duque da Terceira –, o mesmo homem que, dois anos mais tarde, escolheria a Achadinha como palco de um episódio fulcral desta história.

Os liberais exilados em Paris e Londres olharam para a Terceira como uma tábua de salvação. A ilha transformou-se na capital de um reino com sede em Angra, onde o Conselho de Regência se instalou em 1830 em nome de D. Maria II. Portugal passou a ter dois governos, dois monarcas e duas capitais, uma em Lisboa, outra nos Açores, em Angra. Era uma situação sem precedentes: D. Miguel reinava em Lisboa e D. Maria II, através do Conselho de Regência, reinava em Angra. Entre as capitais, havia um oceano e uma guerra por travar.

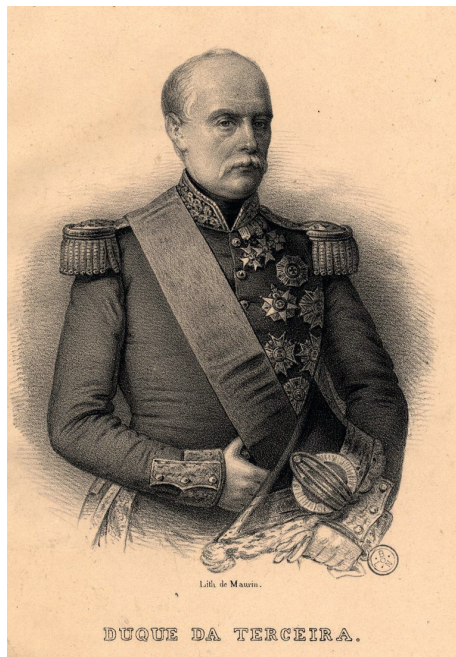
No verão de 1831 Portugal era um país em tumulto, um reino dividido na sua própria ideia de futuro. De um lado, erguiam-se os defensores do Antigo Regime, partidários de D. Miguel, da monarquia absoluta e da preservação da ordem tradicional, assente no poder régio sem limitação constitucional. Do outro, afirmavam-se os liberais, fiéis a D. Pedro e à legitimidade de D. Maria II, defensores de uma monarquia constitucional fundada na Carta Constitucional, na separação de poderes e na representação política.

O conde de Vila Flor lançou uma ofensiva decisiva nas «ilhas de baixo», conquistando-as uma por uma para a causa liberal. Restaram apenas dois redutos miguelistas no arquipélago, as ilhas de Santa Maria e de São Miguel, sendo esta última o mais importante bastião miguelista dos Açores, por ser a ilha maior, a mais populosa, a mais estratégica. Enquanto São Miguel permanecesse sob o controlo absolutista, o grupo Oriental continuaria a servir de apoio às forças de Lisboa e de D. Miguel. Era, por isso, necessário romper esse reduto.

Foi neste contexto que António José de Sousa Manuel e Meneses, o conde de Vila Flor, uma das maiores figuras do liberalismo português, planeou uma incursão militar para conquistar São Miguel a favor dos liberais.

A expedição partiu da Terceira, na tarde de 30 de julho de 1831.

O destino seria uma pequena enseada discreta, situada na costa norte micalense, afastada dos principais centros de defesa militar: a Achadinha, uma pequena freguesia do concelho de Nordeste, aparentemente periférica no mapa do reino, estava prestes a tornar-se central na História de Portugal.



“Duque da Terceira”, gravura de L. Maurin, 1855. BNP.



ESCOLHA DA ACHADINHA

O conde de Vila Flor sabia que não podia atacar Ponta Delgada de frente, pois a cidade estava bem protegida, tinha os defensores em alerta e a vantagem estratégica estava do lado do seu opositor. Ele precisava de um elemento surpresa e de desembarcar onde ninguém esperasse, onde as defesas estivessem ausentes.

O reconhecimento da ilha foi feito em segredo, a 27 de julho de 1831, percorrendo a costa norte de São Miguel. O local escolhido? Uma pequena e remota enseada da costa norte, no concelho de Nordeste, junto à foz da ribeira situada a oeste da Achadinha. Dois fatores pesaram na decisão: tratava-se de um local onde, apesar das dificuldades, era possível desembarcar em terra; e, acima de tudo, era uma zona sem defesa militar dos absolutistas, onde as tropas liberais poderiam entrar sem chamar a atenção das forças miguelistas. Era exatamente essa aparente insignificância que a tornou digna de escolha.

No final de julho de 1831, a Divisão Expedicionária deixava a ilha Terceira a 30 de julho e aproximou-se de São Miguel durante a madrugada silenciosa de 1 de agosto. O plano era surpreender, entrar pela periferia, romper o bloqueio e tomar a ilha.



QUANDO A HISTÓRIA ENTROU PELO MAR DA ACHADINHA, A 1 DE AGOSTO DE 1831

“

... corri a costa do N., em vista da terra até ao ponto do desembarque, defronte do qual cheguei no dia 1.º d'Agosto às 5 para as 6 da manhã.

”

Correspondência do conde de Vila Flor ao Ministro da Guerra (In: *Archivo dos Açores*, volume VI)



Achadinha, 05:55 horas da manhã. As embarcações da Divisão Expedicionária encontravam-se junto à foz da ribeira do Cachaço, a oeste da Achadinha, local que tinha sido escolhido para o desembarque das tropas comandadas pelo conde de Vila Flor. As outras ilhas dos Açores já tinham abraçado a causa liberal, mas São Miguel continuava a ser o grande reduto miguelista no arquipélago, uma fortaleza natural que separava os liberais do resto do reino.

Com o amanhecer, o «comboio naval» foi avistado pela população e pelas autoridades, a navegar ao longo da costa. As forças de reação seguiram a direção das velas, com o intuito de impedir ou dificultar o desembarque. O conde de Vila Flor descreveu o evento na sua correspondência oficial ao Ministro da Guerra: “Immediatamente começou a efetuar-se o desembarque na foz da Ribeira, que fica ao O. do lugar d’Achadinha, e posto que o ponto do desembarque fosse incommodo e arriscado, e o vento soprasse com bastante força do lado do N., para produzir um rôlo de mar considerável, toda a força desembarcou sem risco”.

O que estas palavras não expressam é a dificuldade física da operação. A «praia» da Achadinha não passava de uma pequena enseada de calhau miúdo, aberta ao norte, varrida pelo vento e ensopada pela rebentação. Os soldados desembarcavam em barcas guiadas por entre as pedras, sob o mar que lhes entrava pelas botas e lhes molhava as armas. Cada onda era um adversário. Cada pedra ou rochedo era uma armadilha.

A RESISTÊNCIA INESPERADA

E então, do alto da falésia, começaram a cair penedos. A resistência local não ficou de braços cruzados e transformou a operação de desembarque num momento dramático: *"(...) alguns paizanos, que forçados pelos delegados dos opressores, destacavam com alavancas os penedos do alto da elevada escarpa do mar, e os fazião rolar sobre a nossa Tropa!"* Forçados pelos delegados do regime, enquanto os primeiros soldados avançavam para terra, alguns locais, fiéis à causa absolutista, tentavam impedir a progressão das tropas liberais fazendo rolar enormes penedos do alto da escarpa. Sem artilharia, o povo usava alavancas para desprender penedos gigantescos, fazendo-os rolar do alto do precipício sobre a tropa que tentava entrar em terra. Das alturas da falésia rochosa, os blocos de pedra despenhavam-se sobre os barcos e sobre os soldados que tentavam sair das águas. Era uma defesa primitiva, desesperada e feroz. Botes contra o basalto. Pedra contra as armas. Terra contra o mar. Povo contra o exército.

O confronto, lento e penoso, durou aproximadamente cinco horas, numa luta intensa na qual o relevo da freguesia foi parte ativa do acontecimento histórico. Mas, a impressionante resistência dos civis da Achadinha, na sua determinação improvisada, não foi suficiente para travar uma divisão expedicionária com artilharia e instrução militar. A disciplina e a vantagem numérica do conde de Vila Flor acabaram por prevalecer e a força liberal conseguiu finalmente firmar os pés em terra. Ali mesmo, entre o estrondo das ondas e o choque das armas, começou a libertação da ilha de São Miguel.



Reconstituição do desembarque das tropas liberais na Achadinha (01/08/2015)

DA ACHADINHA AO FIM DA GUERRA CIVIL

O desembarque na Achadinha foi a primeira peça derrubada no dominó das lutas entre liberais e absolutistas. Vencida a resistência inicial, as tropas liberais não perderam tempo e prosseguiram, ainda no dia 1 de agosto, desde a Achadinha até à ponta da Ajuda, onde travaram um violento combate. Ao anoitecer, acamparam na Maia.

No dia seguinte, 2 de agosto, a Divisão avançou até Porto Formoso. Nas encostas íngremes que sobem à Ladeira da Velha, os liberais disputaram a batalha decisiva. Os absolutistas, já recuados para uma posição defensiva, foram vencidos. A ilha tinha sido conquistada e o conde de Vila Flor escreveu: *"a Ilha de S. Miguel se acha libertada do jugo que a opprimia"*. O povo da cidade rompeu em vivas à Rainha D. Maria II e à Carta Constitucional e a bandeira nacional foi hasteada no castelo de São Brás.

A conquista de São Miguel completou o domínio liberal no arquipélago dos Açores, vitória que representou o ensaio geral para a libertação do país. Daqui, o exército partiria meses mais tarde para o histórico desembarque no Mindelo.

No final de fevereiro de 1832, D. Pedro chegou pessoalmente aos Açores, instalou-se na Terceira, assumiu a regência do reino e transformou o arquipélago no laboratório da nova nação. Entre a bruma e o basalto dos Açores, Mouzinho da Silveira redigiu as leis que acabaram com o Antigo Regime.

D. Pedro IV seguiu da Terceira para Ponta Delgada de onde, a 27 de junho de 1832, partiu com o Exército Libertador rumo ao Continente, desembarcando junto ao Mindelo a 8 de julho daquele ano. Seguiram-se o cerco do Porto, as campanhas do Algarve e a marcha sobre Lisboa. A 26 de maio de 1834, D. Miguel assinou a Convenção de Évora-Monte que assinalou o fim da guerra civil. O absolutismo foi vencido e Portugal passou a ter uma rainha constitucional, D. Maria II, com quinze anos de idade. Os princípios que a Revolução de 1820 havia proclamado tornaram-se, então, lei do país. Tudo isto começou numa manhã de agosto, numa enseada de calhaus rolado, numa pequena freguesia que quase ninguém conhecia. O desembarque na Achadinha foi muito mais do que um episódio militar local, representando o primeiro passo da conquista liberal da ilha. E do país!



Zona costeira de Porto Formoso, na ilha de São Miguel



Obelisco do Alto da Memória, em Angra do Heroísmo, que assinala a passagem de D. Pedro pela ilha



Castelo de Évora-Monte

EPÍLOGO: MEMÓRIA DE PEDRA

Na Achadinha, no entroncamento entre a rua Direita e a Estrada Regional, ergue-se hoje um obelisco de pedra, inaugurado em 1989, por ocasião do 475.^o aniversário do concelho do Nordeste. A sua forma evoca o Obelisco do Alto da Memória, em Angra do Heroísmo, monumento que assinala a passagem de D. Pedro IV pela Terceira. É um tributo silencioso, mas significativo.

O mar que, em 1831, trouxe os soldados liberais vindos da Terceira, continua a bater nas rochas da Achadinha e a escarpa de onde rolaram os penedos, continua a guardar uma história que merece ser contada. Quem cá vive sabe, pela tradição oral transmitida de geração em geração, que foi neste chão que algo de importante aconteceu, que foi desta escarpa que os penedos rolaram, que foi neste lugar que os defensores do liberalismo desembarcaram, com a terra a rejeitá-los e o mar a empurrá-los de volta.

A Achadinha não escolheu ser palco desta história, mas, a História escolheu-a como lugar decisivo desta epopeia. Nesta pequena freguesia do Nordeste deu-se o primeiro passo decisivo para a libertação de São Miguel e, por extensão, para a consolidação da base açoriana do liberalismo. E foi precisamente pela absoluta imprevisibilidade da escolha da Achadinha, que a vitória liberal se consagrou nesta ilha. Sem a conquista de São Miguel, dificilmente os Açores teriam desempenhado o papel estratégico que viriam a assumir nesta história.

Com este espaço atlântico já seguro, D. Pedro regressou à Europa em 1832 para assumir a regência em nome de D. Maria II.

A partir dos Açores, o Exército Libertador seguiu rumo ao Mindelo, iniciando a campanha continental que conduziu ao fim da Guerra Civil em 1834.



Por isso, a Achadinha não se resume apenas a um lugar de memória local, mas sim um lugar fundador da História portuguesa. À escala do território, é uma pequena freguesia, mas, à escala da História, foi uma porta que se abriu para a queda do absolutismo em Portugal.

Hoje, o monumento de pedra erguido na freguesia recorda esse momento, mas a verdadeira memória permanece na paisagem, na escarpa, na ribeira, no mar bravo e no silêncio da costa onde, numa manhã de agosto, a História desembarcou no mar da Achadinha.



LINHA DO TEMPO

Pela costa agreste da Achadinha, o liberalismo entrou em São Miguel e começou a mudar Portugal.

1807

1.^a Invasão Francesa em Portugal.

29/11/1807

O futuro rei D. João VI embarca para o Brasil com a família real e a corte.

1809

2.^a Invasão Francesa em Portugal.

1810

3.^a Invasão Francesa em Portugal, com derrota das tropas de Napoleão.

1815

Batalha de Waterloo: fim do império de Napoleão.

16/12/1815

Criação do "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves", com sede no Rio de Janeiro.

1816

D. João VI sobe ao trono, após a morte da rainha D. Maria I.

1820

Revolução Liberal no Porto.

Dez/1820

Reunião das Cortes que solicita o regresso de D. João VI à metrópole.

1821

Revoltas militares liberais nos Açores.
O rei D. João VI regressa do Brasil.

1822

Primeira Constituição portuguesa.
D. Pedro é proclamado imperador do Brasil.

06/03/1826

A infanta Isabel Maria de Bragança preside ao Conselho de Regência criado pelo seu pai.

10/03/1826

Morte do rei D. João VI.

1826

D. Pedro é declarado rei de Portugal pela Regência.

D. Pedro outorga a Carta Constitucional a Portugal.

D. Pedro abdica do reino português em nome da filha de 7 anos de idade, D. Maria da Glória, futura rainha D. Maria II.

A infanta Isabel Maria de Bragança é proclamada regente.

D. Miguel presta o 1.º juramento à Carta Constitucional.

D. Maria II casa com D. Miguel, por procuração.

1828

D. Miguel regressa a Lisboa e é aclamado rei absoluto. Insurreição liberal na ilha Terceira, que aclama D. Maria II, com pronunciamento da restauração da Carta Constitucional.

Os absolutistas perseguem os liberais.

A Junta Provisória (liberal) estabelece-se em Angra, em nome de D. Maria II.

15/06/1829

Constituição do Conselho de Regência (liberal), na ilha Terceira.

23/06/1829

O conde de Vila Flor toma posse como capitão-general dos Açores.

21/07/1829

Ataque à Terceira pelas tropas miguelistas.

11/08/1829

Batalha da vila da Praia, na ilha Terceira, com vitória dos liberais comandados pelo conde de Vila Flor.

15/03/1830

Angra é nomeada capital do reino liberal.



Costa norte de São Miguel, vista para nascente dos Fenais da Ajuda

07/04/1831

D. Pedro abdica da coroa imperial do Brasil a favor de D. Pedro II.

1831

Os liberais conquistam as «ilhas de baixo».

27/07/1831

Reconhecimento da costa norte da ilha de São Miguel, pelas tropas liberais.

01/08/1831

Desembarque das tropas liberais na Achadinha, comandadas pelo conde de Vila Flor.

02/08/1831

Batalha da Ladeira Velha, perto de Porto Formoso, que dá a vitória aos liberais sobre os absolutistas em São Miguel.

A rainha D. Maria II é aclamada no castelo de São Brás, em Ponta Delgada.

03/03/1832

D. Pedro chega à Terceira e assume a regência de Portugal em nome de D. Maria II.

1832

Início da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira.

07/06/1832

D. Pedro IV parte de São Miguel para o Mindelo com o Exército Libertador.

08/07/1832

As tropas liberais desembarcam perto do Mindelo, de onde partem para o Porto.

09/07/1832

Início da Guerra Civil em Portugal: liberais Vs absolutistas.

Ago/1832

Cerco do Porto: as forças absolutistas cercam as tropas liberais, que resistem por um ano.

24/07/1833

As tropas liberais lideradas pelo duque da Terceira (conde de Vila Flor) entram em Lisboa, levando à retirada do exército miguelista.

26/05/1834

Fim da Guerra Civil em Portugal, com a assinatura da Convenção de Évora-Monte.

O desembarque das tropas liberais na Achadinha, a 1 de agosto de 1831, foi um dos episódios decisivos da Guerra Civil Portuguesa e um dos principais momentos em que o concelho de Nordeste esteve no centro da história de Portugal.



visitnordeste.pt

Ficha Técnica

O amanhecer do liberalismo na Achadinha - Edição digital da Câmara Municipal do Nordeste - Data da edição 2026

Fotografia: BDP, Arquivo da CMN, Mafalda Vicente e Mário Nelson Medeiros - Grafismo Amazing Azorea 82

Distribuição gratuita